

## **ANO DE 2015 EM BALANÇO**

- **Grande potencial, mas a nível estrutural as coisas vão mal;**
- **2015 oscilou entre o mau em áreas sociais e um desempenho positivo ligeiro na globalidade económico-empresarial.**

## ÍNDICE

### **I) BREVE SÍNTESE GERAL**

### **II) 2015: O MELHOR E O PIOR QUE MARCOU O ANO**

**1.O Pior**

**2.O Melhor**

### **III) CONJUNTURA ECONÓMICO-EMPRESARIAL EM RELAÇÃO A 2014**

### **IV) GRANDES VETORES DES(ESTRUTURANTES)**

- 1. Mantem-se o elevado risco de pobreza e pessoas com fome pedindo apoio**
- 2. Cuidados de Saúde no âmbito do SNS em degradação**
- 3. Segurança e Proteção Civil com fragilidades**
- 4. Sazonalidade compromete as sustentabilidades**
- 5. Periferismo isola a Região**
- 6. Desequilíbrios territoriais regionais muito profundos**
- 7. Nível de vida dos residentes é difícil: desemprego; forte precariedade do emprego; e rendimentos e salários baixos.**
- 8. Não diversificação do tecido produtivo: turismo-dependência aumenta e outros setores definham.**

### **V) MAIS FUNDOS COMUNITÁRIOS SÃO INDISPENSÁVEIS E JUSTIFICADOS**

## I) BREVE SÍNTESE GERAL

- **Ano de 2015 com algumas ocorrências graves, continuação negativa de tendências estruturantes e economia com desempenho positivo ligeiro.**

Como a União Algfuturo, tem dito mas deve ser sempre repetido, o Algarve é uma região com um potencial extraordinário.

Por outro lado, em virtude da permanente presença de turistas em circulação, ambiente de praia e dos já numerosos eventos de impacto nacional, criou-se no país uma generalizada ideia que no Algarve se vive melhor do que na maior parte do país e que não há grandes problemas estruturais.

Contudo, é enorme a distância entre as aparências ou perceção da situação e a realidade, conforme fica mais uma vez demonstrado face ao que apurámos em termos de balanço da economia e sociedade em 2015.

De facto, em relação a 2014 sendo certo que a conjuntura ligada a um acréscimo ligeiro do número de dormidas “deu para respirar” no alojamento e algumas atividades da “economia turística” nalgumas zonas, noutros casos houve dificuldades. Mesmo onde houve melhorias, não foram suficientes para reestruturar e aliviar de forma significativa os encargos de dívidas das empresas.

Mas, sobretudo, o que releva do balanço feito são algumas ocorrências muito graves, ligeira quebra no desemprego, e continuação e até agravamento nalguns casos, de aspetos des(estruturantes) que comprometem várias sustentabilidades, com o resultante comprometimento da própria sustentabilidade regional nos seus alicerces.

Há soluções como temos apontado, e conforme nosso Objecto Social compete-nos trabalhar por elas, o que é contemplado no Plano Geral de Ação nas suas várias vertentes, em particular preparando os **GUTES-Guiões sobre Temas Estratégicos**, que serão abertos à participação pública, e através do **SITA – Serviço de Informação Total aos Aderentes**.

Por outro lado, diligenciaremos junto das entidades regionais, nacionais e comunitárias na efetivação de soluções estruturais, tendentes a um Algarve sustentável.

Algarve, 11.12.2015

O Coordenador da Comissão Instaladora

(José Vitorino)

## II) 2015: O MELHOR E O PIOR QUE MARCOU O ANO

- **Aspetos gravosos superaram os factos positivos**

Conforme o Objeto Social da Associação **ALGFUTURO – UNIÃO PELO FUTURO DO ALGARVE** em que no conjunto da Atividade Principal (Empresarial) e Atividade Secundaria (Sociocultural) abrange a globalidade da realidade de forma integrada e dando já corpo a um dos eixos do seu Plano Geral de Ação, foi feito um levantamento exaustivo de eventos e acontecimentos ocorridos em 2015.

Nesta síntese destacamos **20 positivos e 20 negativos**, sem prejuízo de muitos outros que também poderiam ser referidos.

**Num resumo de avaliação** a União pelo Futuro do Algarve congratula-se com tudo o que de bom se fez e felicita quem os organizou ou protagonizou, mas **manifesta também o seu profundo lamento pelo que de muito e grave aconteceu e que superou em muito**, sobretudo na profundidade dos seus impactos negativos, as coisas boas.

### **1.O Pior**

A maior parte deve-se à falta de planeamento público e de investimentos, pondo em causa a qualidade de vida (e até saúde) e comprometendo a imagem da região.

–**Estado degradante das estruturas de saúde pública**, com extrema falta de meios humanos. Ainda agravado com a saída do Algarve do helicóptero do INEM.

–Continuação da pobreza e fome, a que houve que acorrer.

–Estrangulamento financeiro das autarquias.

- Gritante falta de pessoal auxiliar na escolas, falta de professores para ensino especial e falta de flexibilidade para abertura de cursos profissionais.
- Cheias e elevados prejuízos, sobretudo em Albufeira, sem os apoios a fundo perdido que se justificavam e com uma situação que se arrasta agravando os prejuízos provocando desespero.
- Manutenção das portagens, que é preciso acabar de vez.
- Decisão de avançar com a exploração de petróleo, embora agora com a promessa do Estudo de Impacte Ambiental. Mas é uma bomba atómica potencial que sempre contestámos e que é preciso travar.
- Início da obras do IKEA, pela megalomania do projeto, sem qualquer estudo de impacto num mercado já super saturado com a maior parte do tipo de oferta em construção.
- Problemas de financiamento da UALG.
- Escassez de Fundos Comunitários e desajustamentos.
- Poucos meios financeiros e competências atribuídos à ERTA.
- Exclusão da ligação ferroviária Algarve/Andaluzia do Portugal 2020.
- Não avanço das obras de requalificação da EN 125.
- Desacatos em Albufeira ao longo do ano.
- Apoios comunitários às pescas sem inicio à vista.
- Fatacil: ausência de grande parte das entidades oficiais regionais, num evento que é uma montra da região.
- Saída do Rally de Portugal do Algarve.
- Demolições.
- Incertezas na Via Algarviana.

–Falta de meios operacionais e humanos dos órgãos de comunicação social públicos sediados no Algarve, para expressão da realidade regional, na região e no país.

## **2.O Melhor**

–Papel relevante das Instituições de Solidariedade Social no combate à fome.

–Redução do desemprego, embora inferior à descida da média nacional.

–Anuncio pelas Águas do Algarve do início no próximo ano das ETAR(s) Faro/Olhão e Companheira em Portimão.

–Dinamismo da ERTA apesar das dificuldades.

–Esforço da CCDRALgarve para informação sobre incentivos comunitários do Portugal 2020.

–Anuncio da ampliação do Aeroporto.

–Anuncio da ligação ferroviária ao Aeroporto e remodelação da linha férrea regional.

–Renovação do espaço de internamento da Pediatria no Hospital de Faro, EP.

–Iniciativas culturais, desportivas e de animação de grande mérito, sobretudo promovidas pelas autarquias, mas também outras entidades e agentes.

–Recuperação da muralha da Fortaleza de Sagres.

– Início desassoreamento da Ria Formosa.

–Concentração Motard: conduta equilibrada da PSP e GNR.

- Distinções internacionais do Algarve e UALG.
- Ligação aérea Portimão/Bragança.
- Navegabilidade no Rio Guadiana até Alcoutim.
- Novos investimentos na Proteção Civil.
- Rota da Dieta Mediterrânica.
- Congresso e Festival do Medronho em Monchique.
- Algarve Nature Week.
- Bons resultados desportivos obtidos por atletas algarvios.



### III) CONJUNTURA ECONÓMICO-EMPRESARIAL EM RELAÇÃO A 2014

- **Um ano com desempenho positivo ligeiro.**

A nível empresarial e económico, comparando a conjuntura com 2014, as oscilações no barómetro positivo e negativo não foram muito relevantes, com débil recuperação do nível de massa monetária em circulação. De par com problemas estruturais que se mantiveram ou agravaram, o desempenho de 2015 foi positivo ligeiro.

O Algarve é das regiões em que as empresas estão mais endividadas, sendo os resultados positivos do exercício (onde os houve) na generalidade insuficientes para alterar a estrutura do endividamento por situações mais favoráveis.

Na perspetiva do investimento são de registar algumas iniciativas, nomeadamente no comércio alimentar e obras de requalificação e restauro de edifícios.

Sectorialmente, no **turismo** e atividades deles dependentes, numa apreciação geral, pelos indicadores existentes e opiniões recolhidas concluiu-se que de Janeiro a Setembro o **ligeiro aumento das dormidas dos turistas** (muito abaixo do aumento da média nacional) teve reflexo nalgumas zonas específicas com picos positivos, mas não foi acompanhado por um generalizado e correspondente aumento de consumo per capita, na **restauração, bares, comércio, rent-a-car e outros serviços**, até porque na época baixa não houve incremento nas dormidas.

A profunda crise no Mediterrâneo tem sido um fator decisivo de atração de turistas. Porém, **apenas com 1,7% de hóspedes a mais na hotelaria**, ficámos muito abaixo do que tão graves ocorrências poderiam positivamente provocar para a nossa região, contrariamente à média nacional de aumento superior a 6%. Significativa tem sido a afluência de franceses e italianos. Embora se mantenham os problemas financeiros estruturais em muitas empresas do alojamento, para o período Janeiro/Setembro é significativo o aumento dos proveitos por aposento, da ordem dos 11%, mas também abaixo da média nacional.

Os setores da **imobiliária** (impacto pelos franceses, ingleses, e emigrantes que esgotaram a oferta nalgumas zonas) e **construção civil** registaram bom dinamismo.

O ano **agrícola** (que tem nos citrinos a principal produção) foi muito irregular mas globalmente melhor que 2014, mas na **pesca** (quota da sardinha, esgotamento de stocks do polvo e ameaça de aquacultura offshore em zonas tradicionais de pesca) **está a ser difícil**. Especificamente nos bivalves, as descargas poluentes criaram grandes problemas. É de registar no entanto o bom escoamento das ostras. O ano vitivinícola, nas framboesas e tomate foi bom.

Nas zonas do **interior e da serra**, persistiram os problemas de agravamento da desertificação humana e os constrangimentos em produções de significado, casos do mel e aguardente de medronho.

Desta situação resultou, desde logo, uma fraca recuperação anual dos níveis de massa monetária em circulação, face ao rombo da redução de transações de 10.000 milhões de euros entre 2008 e 2014. Por outro lado, saem do bolso dos contribuintes e empresários em 2015 para os cofres do Estado mais cerca de 70 milhões de euros de IVA da restauração (aumento de 13% para 23%); a quebra de consumo dos visitantes espanhóis que não vieram por causa das portagens rondará os 50 a 60 milhões; e a grande distribuição “subtrairá” à região mais cerca de 80 milhões.

## **IV) GRANDES VETORES DES(ESTRUTURANTES)**

### **1. Mantem-se o elevado risco de pobreza e pessoas com fome pedindo apoio**

O Algarve é a região do país com a mais elevada taxa de população em risco de pobreza e fome (120.000 a 150.000 pessoas) e que só a solidariedade das populações e papel das Instituições Particulares de Solidariedade tem permitido resolver, evitando um desastre social. É ilustrativo o elevado número de pessoas apoiadas, por exemplo pelo Banco Alimentar, passando de 16.000 em 2013 para 23.000 em 2014 e, que se mantem em 2015. Mas há muita pobreza e fome envergonhadas.

### **2. Cuidados de Saúde no âmbito do SNS**

Já referimos que foi a situação mais grave no Algarve em 2015, o que aliás vem sendo crónico.

Sem prejuízo de algumas medidas positivas, estruturalmente falta no Algarve ao SNS a indispensável estrutura que é o novo Hospital Central no Parque das Cidades e faltam nas estruturas existentes recursos humanos, nalguns casos em quase esgotamento.

Nesta síntese, é de referir nomeadamente que, por exemplo no Hospital de Faro, há especialidades, caso da ortopedia em que a redução de médicos ronda um terço do necessário (7 em 28) e que, no conjunto da região, nos anestesistas a carência tem uma proporção superior a dois terços (apenas 16 dos 61 previstos). E o resultado quantificado é que no Algarve em 2015 a produtividade cirúrgica deverá registar uma quebra de cerca de 20% em relação a 2014, em número de atos médicos, independentemente da sua complexidade.

Como consequências, em primeiro lugar, aos utentes não são prestados pelo SNS os serviços a que em qualidade e rapidez têm direito.

E daí decorre, também, uma inversão na relação entre o número de blocos operatórios públicos (12) e privados (22), em que presentemente os segundos já quase duplicaram os primeiros. A razão é que, por falta de meios, os doentes inscritos nas listas do público vão na sua quase totalidade para os Hospitais Privados, com custos ao Estado de muitos milhões.

A posição da União Algfuturo sempre foi favorável à medicina privada, cabendo-lhe um papel importante em diferentes perspetivas, para residentes e turistas. Aliás, desde logo, tem o papel relevante de estar a suprir as carências do público a bem de pessoas.

Porém, o que está em causa é ter de se garantir que o serviço público faz um aproveitamento e rentabilização dos muitos meios envolvidos e prestar um bom serviço, mas que bloqueia pela carência em algumas especialidades de meios humanos e modelo organizacional de funcionamento.

Em termos de fundo, é indispensável uma política agressiva de incentivos para atrair e fixar no Algarve profissionais de saúde vindos dos grandes Centros urbanos e evitar que até saiam do Algarve depois de aqui serem formados.

Simultaneamente, embora o setor da saúde não seja uma atividade produtiva comum, é indispensável haver critérios que valorizem e diferenciem a qualidade e mérito dos profissionais mais capazes.

A nível de médicos de família e cuidados primários de saúde, continuam a ser muitas as carências, mas registam-se algumas melhorias.

### **3. Segurança e Proteção Civil**

É um aspeto essencial e uma das imagens de marca do Algarve em relação a muitos outros destinos turísticos.

É de louvar o elevado profissionalismo dos agentes envolvidos nas múltiplas vertentes a cargo da PSP, GNR, Bombeiros, Polícia Marítima e Nadadores Salvadores, apesar da falta de meios materiais, mas também com insuficiência de meios humanos.

Nos últimos anos tem havido progressos, mas a crónica repetição de desastros em zonas de bares, em particular Albufeira, Vilamoura e Faro, obrigam a que seja revista e/ou reforçada a estratégia seguida. Não podem continuar a verificar-se ocorrências muito graves como as que pontualmente acontecem, pelas suas consequências humanas e impacto mundial negativo na imagem do Algarve como destino turístico.

Quanto à proteção civil na defesa das pessoas e bens e natureza, o risco de incêndios (em especial na serra) constitui uma prioridade excecional, sendo positivos alguns investimentos anunciados em infraestruturas este ano, mas há fortes constrangimentos.

Na resposta a problemas de saúde ou outras ocorrências graves, foi muito negativa a saída do helicóptero do INEM e positivo o acesso do helicóptero à Culatra, com a construção da pista.

#### **4. Sazonalidade compromete as sustentabilidades**

É o maior de todos os cancros, com efeitos dramáticos. É a maior responsável pelo desemprego, dificuldades de gestão empresarial e dos serviços públicos, elevados custos afetação e qualidade dos serviços prestados e **“colapso” em dois terços do ano, no funcionamento da economia e sociedade, em que as dormidas são em média 5 a 6 vezes inferiores ao verificado na época alta, considerando todo o tipo de alojamento.**

São muitas as causas e medidas, o que a nossa Associação irá aprofundar através da elaboração do Guião previsto no Plano de Ação, que exigem um combate sem tréguas para ser fortemente atenuada.

Além da fraca diversificação do tecido produtivo, os problemas assentam nos fracos fluxos turísticos na época baixa.

A única chave está em captar mais turistas na longa época baixa de oito meses entre Janeiro/Maio e Outubro/Dezembro.

Infelizmente, estruturalmente e percentualmente os anos passam e a situação não tem vindo a melhorar, conforme se verifica comparando por exemplo 2014 com 2007, em que até piorou.

Em **2007**, para um total de 14,7 milhões de dormidas na **hotelaria**, 6,8 milhões (46%) respeitaram à época baixa, enquanto 7,9 milhões (54%) à época alta.

Em **2014**, o total de dormidas na hotelaria foi de 16,2 milhões, e em relação a 2007, houve uma **queda de dormidas em termos absolutos e relativos na época baixa, muito mais acentuada considerando todo o tipo de alojamento.**

Em relação ao ano **2015**, pelos dados do INE já publicados, a situação registará **ínfimas alterações.**

Faltando conhecer apenas os dados de Outubro/Novembro/Dezembro, mesmo fazendo uma projeção otimista do aumento médio de dormidas na hotelaria global de 5% para esse período em relação a 2014, teremos na hotelaria um total de dormidas da ordem dos 16,5 milhões, repartidos por 9,67 milhões na época alta e apenas 6,8 milhões na época baixa. **Continuará o forte predomínio dos quatro meses da alta sobre os oito meses da baixa, representando estes apenas 41%, percentualmente 5% abaixo de 2007 e igual em termos absolutos.**

Esta tendência está coerente com a evolução dos desembarques no Aeroporto de Faro, deixando claro o aprofundamento do fosso entre as duas épocas, embora seja assinalável o aumento de 12% em novembro. Os aumentos foram ligeiros e inferiores à média verificada no conjunto dos Aeroportos, mas enquanto nos 4 meses da alta o aumento foi de 4,5%, nos 8 meses da baixa ficou-se pela metade, apenas mais 2,3 %.

E repetimos que o **problema ainda é muito mais agravado incluindo o alojamento residencial.**

São muitas as terapêuticas que se exigem, desde logo do lado da melhoria da requalificação da oferta em sentido amplo. Tem que se fazer mais, mas é de notar que, contrariamente ao que se ouve com alguma frequência, o Algarve tem muita oferta além de sol e praia, como constatámos no levantamento agora feito. O que se exige é uma adequada estratégia de promoção e interação.

Do lado da procura, sobressai a necessidade de forte promoção do Algarve no estrangeiro contrariamente ao que tem acontecido, em que o modelo conjunto das Regiões turísticas adotado está a ser fortemente lesivo do Algarve. As cerca de 600.000 camas do Algarve e respetiva diversidade de oferta, exigem uma promoção específica e autónoma, sem prejuízo do Algarve estar presente em mostras nacionais conjuntas.

O **modelo está errado** e as **verbas para o Algarve** são insignificantes, tendo de ser atribuído à RTA um papel autónomo determinante com participação de parceiros sociais e a promoção enquadrada numa estratégia prevalecendo os interesses regionais e não acabando parte importante das verbas por ser destinadas ao funcionamento dos serviços.

O Algarve não pode resignar-se perante o atual estado de coisas, com aprofundamento estrutural dos problemas e ruturas de tipo diverso frequentes.

Como se refere no ponto seguinte, além da promoção, que quase não existe, a abertura a Andaluzia é essencial, bem como a captação de estrangeiros para residência na região, aí se integrando também o GUTE para as Comunidades Estrangeiras que a Algfuturo irá realizar, para apoio e estímulo à vinda de outros residentes.

Quanto aos **outros setores**, é necessário um Plano e tipo de apoios comunitários com outra formatação, para travar a queda e recuperar a indústria, pesca, agricultura e comércio tradicional, com lançamento forte das novas tecnologias.

## **5. Periferismo**

O Algarve é a região mais periférica de Portugal Continental, com: acessos pouco significativos por mar; grande distância por terra e ferrovia aos grandes centros urbanos da Grande Lisboa e Porto; insuficientes ligações aéreas; e “bloqueio” com as portagens aos 8,5 milhões de espanhóis de Andaluzia.

É uma situação muito complexa em si mesma, sendo responsável, potenciadora e agravante do fenómeno da sazonalidade.



Haverá que dinamizar os cruzeiros e outras ligações por mar, mas significativamente a situação só pode ser alterada por três vias:

–Muito mais voos (nomeadamente charters), no que se tem de continuar e apostar.

–Ligação ferroviária a Andaluzia, que não há.

–Ligação rodoviária aberta a Andaluzia, agora barrada com as portagens.

Estamos perante mais um cancro, não sendo admissível a falta de um Plano para resolver isto.

Para o combate à sazonalidade e sustentabilidade do Algarve uma chave imperativa é a livre passagem de espanhóis na Via do Infante e a ligação ferroviária!

## **6. Desequilíbrios territoriais regionais muito profundos**

O Algarve é uma região territorialmente pequena e pouco populosa, mas em que quase metade dos 440.200 indivíduos reside numa estreita faixa de apenas dois quilómetros!

Cerca de 2/3 do território são zonas do interior e serra com acelerada desertificação humana e de atividades económicas, com abandono desde a década de sessenta de cerca de 60.000 indivíduos.

Igualmente a Costa Vicentina e Concelhos do Baixo Guadiana estão deprimidos.

Falta um Plano para enfrentar os problemas, como já propusemos e vamos insistir.

## **7. Nível de vida dos residentes é difícil: desemprego; forte precariedade do emprego; e rendimentos e salários baixos.**

- **Sazonalidade descontrola e asfixia a gestão empresarial, com reflexos nos recursos humanos e qualidade do serviço.**

Com frequência, fala-se no pressuposto de que no Algarve se vive bem e ganha bem, pelo que não são devidas especiais preocupações para com a região.

Em primeiro lugar, é de referir que a população em **risco de pobreza** ou exclusão social atinge as mais elevadas taxas do país com cerca de 30% (125 000 a 130.000 indivíduos).

Por outro lado, é de ter em especial atenção que **21% da população tem mais de 65 anos.**

Segundo dados do INE, os 162.110 trabalhadores por conta de outrem têm o **rendimento salarial médio mensal (líquido) mais baixo do país** com 760 euros, (8,3% abaixo da média nacional), que se tem vindo a agravar. Esta é mais uma das consequências da super sazonalidade e impactos na gestão e mais baixa rentabilidade das empresas, num processo em cadeia. Empresas que são das mais endividadas do país.

Há, por vezes, quem queira apontar o dedo acusador aos empresários, o que é injusto, pois eles são, desde logo, grandes vítimas dessa sazonalidade, com dificuldades sem fim para se equilibrarem.

Outra das mais graves e inevitáveis consequências da sazonalidade é a **precariedade do emprego**, em que no Algarve os contratos com termo atingem 50.400 (31% do total), que é a percentagem mais elevada do país).

No **desemprego**, no terceiro trimestre deste ano com 10,2% a taxa desceu 1% em relação ao período homólogo de 2014, mas ficou abaixo da média do decréscimo nacional.

## **8. Não diversificação do tecido produtivo**

- **Turismo – dependência cada vez maior e outros setores a definhar**

Por razões do melhor aproveitamento possível do potencial regional, atenuação da sazonalidade e segurança regional perante crises em algum (uns) setores pela diversidade de fontes de riqueza e de emprego, é fundamental um forte crescimento em setores sem ligação direta ao turismo.

Porém, em vez de uma diversificação e redução da turismo-dependência a evolução tem sido de sentido contrário, tendo o VAB regional da agricultura, pescas e indústria visto a sua representatividade regional decrescer em cerca de dois terços, de 32% para 10%.

Mais alarmante ainda é a redução do seu peso em termos absolutos, em que por exemplo na agricultura, floresta e pescas, entre 2000 e 2013, o VAB desceu 18%, de 251 para 207 milhões. No período, o mínimo desceu da barreira dos 200 milhões, com 183 milhões, num peso relativo de apenas 2,8 %.

Em contrapartida, o comércio, o alojamento e restauração atingem 37%.

Portanto, é enorme a tarefa para fazer crescer as áreas da agricultura e pescas e respetivas indústrias, indústrias brancas, I&D e outras.

Pelos dados disponíveis, face aos fundos do Portugal 2020, verifica-se um certo incremento na agricultura, com 400 projetos e 70 milhões de intenções de investimento, mas o resto até agora é desolador. Nas pescas ainda não estão abertas candidaturas e nas candidaturas à inovação, empreendedorismo e qualificação a cargo da CCDRALgarve, das 135 aprovadas 89% respeitam a estudos. Como temos referido, é entendimento da União Algfuturo que os incentivos estão desajustados à realidade algarvia, havendo que passado no máximo um ano fazer o balanço para se fazerem alterações.

## V) MAIS FUNDOS COMUNITÁRIOS SÃO INDISPENSÁVEIS E JUSTIFICADOS

- **Diligências de contraponto em Lisboa e Bruxelas face aos graves problemas**

Perante os profundos problemas estruturais da economia, território e sociedade salientados, quando se impunha um planeamento e respetivas medidas com suporte na atribuição de fundos comunitários significativos que são justificados e indispensáveis, em vez de ser considerada desfavorecida, por má ponderação e critérios errados, a região foi rotulada de “transição” a caminho do desenvolvimento, com a **atribuição de menos 700 milhões de euros** do que lhe eram devidos (apenas 321) e redução de incentivos.

Por outro lado, vários apoios comunitários previstos no Portugal 2020 são desadequados e complexos, quanto à definição das despesas elegíveis, prémios e penalização de realização e muito baixos incentivos perante a situação concreta do Algarve. Apesar de tudo, tem sido positiva a adesão no **setor agrícola**. Porém, são grandes os atrasos na saída do Programa Leader e também nas medidas para as florestas e caça, estas últimas com aspetos desadequados. Acrescem **grandes atrasos**, com **investimentos feitos e candidaturas aprovadas há cerca de quatro meses, ainda sem o respetivo financiamento**.

Face ao presente difícil e desafios do futuro, anunciamos que iremos contrapor ao Governo e União Europeia para que a injustiça de que o Algarve e os algarvios estão a ser vítimas seja corrigida.

Além disso e independentemente disso, a Associação Algfuturo não ficará de braços cruzados a lamentar-se. Pelo contrário, está a trabalhar afincadamente pela positiva para apoiar os empresários e sociedade em geral, conforme se demonstra no Plano de Ação inovador hoje apresentado, quer pelas iniciativas, quer pelo apoio de informação e papel de Provedor que a Algfuturo irá assumir.